



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Ata Nº 22/2017

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Vinte e três de Fevereiro de dois mil e dezassete

---- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presente Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária.-----

---- Estiveram também presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Humberto Jorge Faísca Silva, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques Freitas e Marco Nuno Correia Martins; Pelo PTP: Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade.-----

---- O deputado do PSD, José Jorge Fernandes Ornelas faltou a presente sessão.-----

---- Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João Batista Pereira Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Campanário); Emanuel Higinio Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua).-----

---- Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Jacinto Faria Pereira, a senhora Vereadora Maria Natália Abreu Rodrigues, o senhor Vereador Rui Ramos Gouveia, o senhor Vereador Alano Aires Santos Gonçalves, o senhor Vereador Carlos José Gonçalves e o senhor Vereador Rafael João Figueira Sousa.-----

---- Pelas quinze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- Ponto Um - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto Dois - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, conforme o disposto na alínea a), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto três - Discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, conforme o disposto na alínea a), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- Ponto Quatro - Discussão e votação do Regulamento de Apoio e Incentivo ao Emprego, conforme o disposto na alínea g), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto Cinco - Discussão e votação do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Ribeira Brava, conforme o disposto na alínea g), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto Seis – Discussão e votação de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Recuperação, Requalificação e Sinalização das Veredas do Caboco e Pomar da Rocha. -----

---- Ponto Sete – Discussão e votação de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Construção de rotunda circular na interseção da Rua dos Dragoeiros com a Rua que passa junto ao Centro de Saúde da Ribeira Brava e a VE3 na Ribeira Brava. -----

---- Procedeu-se à discussão da ata número vinte e um de quinze dezembro de dois mil e dezasseis.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS solicitou a retificação do último parágrafo da página número dois da ata, com o seguinte texto: «Seguiu-se o período antes da ordem do dia, no qual os grupos de deputados do PSD e do CDS apresentaram o voto de pensar pelo falecimento da cidadã Maria Alzira Abreu Santos Morgado com o seguinte conteúdo: «Os membros do PSD e do CDS/PP da Assembleia Municipal da Ribeira Brava manifestam a sua mais profunda emoção e constatação pelo falecimento no passado dia seis de dezembro de dois mil e dezasseis, da Senhora Maria Alzira Abreu Santos Morgado, com sessenta e quatro anos, funcionária exemplar desta Câmara Municipal há vinte e dois anos, incansável na defesa do exercício das suas funções de Coordenadora Técnica, que sempre fez com dedicação e empenho ao serviço do Município».-----

---- Colocada à votação a ata, já retificada, foi aprovada por unanimidade. -----

---- O deputado José Armindo Pereira Pestana do PSD e o Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, João Batista Pereira Silva não votaram devido a estarem ausentes na última reunião da Assembleia.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia informou sobre a receção da seguinte correspondência: da CPCJ foi rececionado o relatório anual de atividades de 2016 estando o mesmo disponível para consulta junto dos serviços camarários; da Assembleia Municipal de Viseu uma moção pela dignificação do instituto de politécnico de Viseu e outros, de modo a poder atribuir o grau de doutor; e da ANAM a informação de que haverá uma reunião geral no dia 25 de março em Lisboa com discussão e aprovação de estatutos, quotas, entre outros assuntos.-----

---- Seguiu-se o período antes da ordem do dia, no qual os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram o voto de congratulação à Sandra Sousa pelo título nacional de atletismo de pista coberta para atletas com síndrome de Down, com o seguinte conteúdo: «Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, propõem à Assembleia Municipal de Ribeira Brava, congratular-se com a atleta Sandra Sousa, natural e residente no sítio do Lugar da Ribeira no Campanário, integrando o Clube Desportivo “Os



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Especiais” que disputou no início de Fevereiro, no Pavilhão de Exposições, em Braga, o Campeonato Nacional de Atletismo de Pista Coberta para atletas com Síndrome de Down, tendo-se destacado em várias provas com notoriedade de destaque nacional, conquistando o pódio. A munícipe Sandra Sousa conquistou na modalidade de atletismo adaptado à sua condição, o título Nacional na disciplina de 200 metros, tendo ainda a realçar o 2º lugar nos 400 metros e o 3º lugar nos 60 metros planos. Na sequência destas prestações, a atleta Sandra Sousa, foi convocada para a Seleção Nacional de Atletismo de Pista Coberta, sob a égide da ANDDI-Portugal, a qual irá representar Portugal no Europeu de Atletismo que decorrerá em Vila Nova de Gaia em Outubro de 2017. Pelos feitos de dimensão nacional conquistados por esta nossa conterrânea do Campanário, manifestamos a nossa congratulação».

---- Colocada à votação a proposta “ Voto de Congratulação à Sandra Sousa pelo Título Nacional no Atletismo de Pista Coberta para Atletas com Síndrome de Down”, foi aprovada por Unanimidade.

---- Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram também o voto de recomendação à câmara municipal para reformular o projeto do caminho da Igreja / cemitério na Freguesia do Campanário, com o seguinte conteúdo: «Nós, João Luís Drumond Henriques e Domingos Sousa de Andrade, deputados Municipais na condição de independentes, vimos em conformidade com o *regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava*, apresentar o voto de recomendação à câmara municipal para reformular o projeto do caminho da igreja /cemitério na freguesia de campanário. Tendo em conta estar previsto no plano e orçamento do Município de Ribeira Brava para 2017 a construção do caminho da Igreja, cujo principal propósito é criar um acesso viário ao cemitério, o qual não acrescenta uma valorização significativa no troço do antigo caminho real até cima da rocha, pois será sempre muito estreito, para circular apenas num sentido, sem estacionamento e passeios pedonais, não conferindo valorização urbana a nenhuma parcela que já não tenha acesso pela estrada 222 ou Rua padre Pita, confluindo a circulação para a zona do adro da igreja, onde existem graves limites em dias de maiores concentrações (arraiais, funerais, missas, festejos). Ora perante as informações de quem teve acesso a um projeto prévio, propomos a reformulação com os seguintes fins: - Abdicar de pavimentar como acesso viário, o troço de caminho real de acesso à igreja, entre “Cima da Rocha” e casa do sr. João Luís (peixeiro) – sentido de poupança dos significativos custos associados, preservando um património com cerca de cinco séculos e único no Campanário; - Recuperação do antigo caminho real no pequeno troço ainda sobrevivente (de cima da Rocha à casa do Sr. João Luís “peixeiro”), mas bastante degradado e abandonado – preservação do património e melhoria do acesso pedonal; - Em contrapartida manter acesso viário ao cemitério de Campanário, estendendo-se até a moradia do Sr. João Luís (peixeiro) e prolongando às moradias para o lado nascente da vereda (atrás do cemitério) – sentido de utilidade e valorização da área urbana sem acesso viário; - Assegurar o acesso aos vários patamares do adro da igreja das pessoas com mobilidade



Handwritten initials and a signature.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

reduzida, dependentes de cadeiras de rodas, eliminando barreiras arquitetónicas – Sentido de funcionalidade e mobilidade; - Garantir a preservação e articulação do projeto de escadaria com arte que reproduz a pintura da antiga igreja matriz do Campanário no acesso em escadaria para o cemitério – sentido de preservação do projeto artístico “Escadas com Arte”; - Incluir alguns estacionamentos na área de intervenção junto à igreja - fins de estacionamento» -----

---- O deputado independente Luís Drumond disse ainda que a proposta inicial da autarquia seria para iniciar a estrada desde cima da Rocha até à igreja, no entanto existe uma parte do trouço que não representa mais-valia, bem como oculta o único caminho real que ainda existe na freguesia e que a alteração proposta pelos independentes seria por forma rentabilizar esse acesso não só nos dias de mais movimentos, tais como funerais e festas, como beneficiar as casas nesse sítio que não tem acesso viário. Acrescentou ainda que deverá ser tido em conta a preservação da escadaria com arte e a criação de acessos para as pessoas com mobilidade reduzida e de estacionamentos. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS solicitou dez minutos para conferenciar sobre o assunto. -----

---- A ordem de trabalhos foi retomada pelas quinze horas e quarenta minutos. -----

---- O deputado João Abreu do PS perguntou sobre onde é o início e o fim da estrada. -----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou o executivo sobre se irá passar uma estrada ou se será preservado o caminho real. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que aquela zona tem problemas de acesso ao cemitério e que existia a lacuna no acesso à igreja pelas pessoas com mobilidade reduzida, como tal o projeto que a câmara municipal tem, é para recuperar a calçada que já existe e permitir simultaneamente a circulação automóvel, garantindo assim o acesso ao adro, no entanto não é possível salvaguardar a escadaria com Arte. Disse também que o sentido será ascendente, o que permitirá em dias de festa e não só, escoar o trânsito e que a autarquia pretende aproveitar para expropriar alguns terrenos e desta forma já ficar disponível para uma futura possível construção de uma praça, se o próximo executivo assim o entender. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que após analisar o projeto apresentado e a questão do trânsito, esta opção obrigaria a fazer uma inversão de marcha, o que poderia causar alguma confusão no cruzamento de viaturas e á posteriori poderia requerer um alargamento da estrada e até inviabilizar a criação de uma futura praça com estacionamento. Disse ainda que neste momento a prioridade é o acesso de pessoas com mobilidade reduzida à igreja e ao cemitério e criar uma saída para escoar o trânsito, pelo que a saída deverá ser para a esquerda de forma a garantir a segurança de todos. -----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que os propósitos desta proposta vem reforçar o caminho que a autarquia pretende criar, permitir a acessibilidade à igreja e ao cemitério, e que o terreno que irá ser



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

adquirido será na totalidade pelo que é possível fazer a inversão de marcha. Disse também que é inconcebível que não se preserve a escadaria com arte, pelo que a proposta apresentada tem como sentido reduzir custos e garantir acessos e património. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que por exemplo nos dias de funerais que são dias de maior confusão e que no lado nascente poderá não haver consenso por parte dos proprietários dos terrenos.-

---- O deputado independente Luís Drumond respondeu que nestes dias em específicos existe a saída para a escola e que se já existem contactos para a expropriação de terreno, pelo que os terrenos que se encontram do lado de trás do cemitério já pertencem à autarquia. -----

---- O deputado Ilídio Almada do CDS interveio dizendo que conhece bem a zona do lado nascente que é referida mas não entende de que forma é que essas casas serão beneficiadas, bem como concorda com a estrada e o alargamento do cemitério mas não vê qualquer impedimento na colocação da calçada. -----

---- O deputado João Abreu do PS questionou sobre o sentido, se será igreja – tulha ou vice-versa. -----

---- O deputado independente Luís Drumond respondeu que será no sentido tulha e quanto à pergunta do deputado Ilídio Almada, respondeu que a calçada não é igual à calçada centenária. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS questionou o executivo sobre a possibilidade de acolher esta alteração.-

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que esta proposta implica fazer um novo projeto para fazer um novo alargamento e que desde que chegou à Câmara esta sempre foi uma prioridade que constava no manifesto. -----

---- O deputado Luís Almada do CDS questionou o executivo sobre se irá fazer algum estudo arqueológico para averiguar qual a melhor solução. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que esse estudo foi feito dentro do projeto e que está contemplado no mesmo, quer a preservação do caminho quer a via automóvel e que não se pretende criar mais uma estrada sem saída no Campanário. -----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS reformulou o pedido de esclarecimento sobre a construção de uma futura praceta, uma vez que o adro já é grande.-----

---- O Senhor Presidente do Município disse que sempre foi uma pretensão da população do Campanário a criação de uma praceta com estacionamento e tentamos não inviabilizar essa construção no futuro, ainda que não esteja contemplada. -----

---- Colocada à votação, a proposta “ Voto de Recomendação à Câmara Municipal para Reformular o Projeto do Caminho da Igreja/Cemitério na Freguesia de Campanário”, apresentada pelos dois Deputados Independentes, foi Reprovada, registando os votos contra do PSD (11) e as abstenções do PS (5), do CSD/PP (5) e do PTP (1).----

---- Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentam ainda o voto de protesto pela



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

interrupção dos trabalhos da pavimentação da Estrada Regional 222 – Comandante Camacho de Freitas no Campanário, com o seguinte conteúdo: «Nós, João Luís Drumond Henriques e Domingos Sousa de Andrade, deputados Municipais na condição de independentes, vimos em conformidade com o regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava, apresentar o presente voto de protesto dirigido ao Governo Regional, pela interrupção dos trabalhos da pavimentação da Estrada Regional 222 – Comandante Camacho de Freitas no Campanário. É com enorme estranheza, espanto e revolta, que verificamos desde meados de dezembro de 2016 até a presente data (fevereiro de 2017), a interrupção das tão ambicionadas obras de repavimentação da estrada regional 222 – Estrada Comandante camacho de Freitas, no sítio da Porta Nova no Campanário. Esta aspiração gritante, legítima e fundamentada, há muito tempo e sob diversas formas reclamada pela população e eleitos afetos à freguesia de Campanário, ganhou esperança com o arranque da pavimentação no sítio da Cruz na freguesia de Ribeira Brava, havendo no entanto uma dúvida pela extensão anunciada para esta execução se limitar a 6km, extensão que só por si, implicava todo o atravessamento da freguesia de campanário, da Vera Cruz à Pedra Nossa Senhora. Apesar do mediatismo atirado à população do Campanário já em dezembro de 2016, no sitio do Porto da Ribeira, quando o exmo. Sr. Secretário Sérgio Marques, a sua comitiva e uma representação em “peso” desta Câmara Municipal de Ribeira Brava, se fez notar nas televisões e diários regionais, constatando, também legitimamente a execução das obras de repavimentação, eis que passados poucos dias, em debandada, retiraram as máquinas, trabalhadores e políticos, para não mais voltarem. O local onde foi interrompida a obra, no sitio da Porta Nova (mas com Estrada Velha), deixou seguramente o troço da velha estrada regional mais degradado, estendendo-se até a fronteira da freguesia e concelho, na Vera Cruz. Ainda houve a expectativa de que os trabalhos seriam retomados após a férias do Natal, mas neste caso, nem os disfarces de Carnaval, permitem esconder que a retirada foi mais prolongada, deixando o troço mais necessitado e que mais reclamou, no mesmo estado lastimoso até... talvez mais próximo das eleições autárquicas. Se este for o motivo, que pelo menos faça esticar os 6Km prometidos inicialmente para intervir nesta estrada, até à Vera Cruz, para que não se confirme uma vez mais que até nestas opções do Governo em acordo com a Câmara Municipal, prevalece Ribeira Brava Sempre! Pelo exposto, os deputados independentes, propõem um voto de protesto em nome do povo secundarizado da freguesia de Campanário.»-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que esta proposta é um voto de protesto por ser uma verdadeira afronta à população do Campanário; houve sempre alertas por parte de diversas pessoas e entidades e inicia-se as obras no sítio da Cruz na Ribeira Brava, quando quem andou na luta foi o Campanário, não pesou sequer o facto de o presidente da junta de freguesia do Campanário e a deputada, viverem no Campanário. E para além disso, foi anunciado os seis quilómetros de recuperação de estrada, que parou precisamente na zona mais degradada, no Sitio da Porta Nova, e já passaram dois meses desde esta paragem e não foram retomados



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Os trabalhos, o que representa uma verdadeira afronta à população. -----

--- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que se a recuperação começasse do lado do Campanário, em sentido contrário, era porque tinha havido intervenção do presidente da junta de freguesia e da deputada, no entanto o que interessa neste caso é que terminem a estrada independentemente do sítio onde começa e que o PSD irá apoiar neste voto de protesto. Acrescentou ainda que encontrou o senhor secretário onde também manifestou o seu descontentamento e que a justificação para este atraso deve-se a uma avaria numa máquina.-

--- O deputado Luís Almada do CDS questionou o executivo sobre a paragem desta obra. -----

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que já manifestou, por diversas ocasiões, repúdio e contestação à direção de estradas, ao Senhor Secretário, bem como ao Governo Regional, sendo que a justificação dada para esta paragem é devido a uma avaria numa máquina e estão a aguardar dotação financeira para adquirir uma nova máquina. Disse também que na primeira reunião tida com o Dr. Miguel Albuquerque, foi logo realçado o estado de degradação da estrada, principalmente entre a Pedra e a Vera Cruz; foram enviadas propostas de recomendação provenientes desta assembleia, ao senhor secretário que tutela; e inclusive durante um evento na Quinta Magnólia, alertou pessoalmente o diretor de estradas sobre o problema da estrada do Campanário e a sua urgência; e que relativamente ao local do início de obra, ficou também muito espantado por tal, porque todas as recomendações feitas foram para o Campanário principalmente e que neste momento pararam a obra na pior zona possível, podendo inclusive haver algum acidente.-----

--- O deputado João Abreu do PS disse que o seu partido é o que tem mais alertado para a situação desta estrada e que a esta altura deveria ter terminado a obra no cruzamento da farmácia. -----

--- O deputado Fábio Santos do PS interveio dizendo que esta proposta está bem elaborada no entanto não afeta só a população do Campanário como também de todo o concelho da Ribeira Brava.-----

--- Colocada à votação, a proposta "Voto de Protesto ao Governo Regional pela Interrupção dos Trabalhos de Pavimentação da Estrada Regional 222 – Comandante de Freitas no Campanário", apresentada pelos dois Deputados Independentes, foi Aprovada por unanimidade. -----

--- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que é evidente a necessidade e urgência na reparação desta estrada e que nestes últimos quatro anos o CDS tem contribuído com propostas para as melhorias no concelho e que o executivo para além da oposição natural tem também a oposição do Governo Regional desde o primeiro dia de eleição, no entanto a população merece respeito por parte do Governo. -----

--- Esgotado o período antes da ordem do dia, procedeu-se aos pontos da ordem de trabalho: -----

--- Ponto Um - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

--- O Senhor Presidente do Município referiu de forma sucinta o que tem sido realizado a nível da vida concelhia



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

nos últimos dois meses e que tem sido um trabalho contínuo, nomeadamente: manter o concelho aprazível para os visitantes; foram feitas pequenas obras para melhoramento de acessibilidades; na Furna houve perigo de queda de pedras e a câmara interveio de forma a garantir a segurança das casas; está a decorrer a preparação das atividades de Carnaval, onde amanhã haverá o desfile das escolas sob o tema de turismo sustentável, no domingo de manhã haverá o desfile sob o tema das profissões do concelho e à tarde o carnaval trapalhão no Campanário, onde a câmara apoiou com o som; houve também resposta por parte do tribunal devido a uma ação de uns proprietários de um terreno na rua 6 de maio, que exigiam o pagamento de quarenta e cinco mil euros pela parcela acrescido de juros de mora desde 2003, sendo que o tribunal deliberou o pagamento de vinte e nove mil euros acrescido da taxa de juro desde fevereiro de 2013; foi também assinado o protocolo com os Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e com as juntas de freguesias e estamos a aguardar o fecho de contas, para a autarquia poder avançar com algumas obras.-----

---- O deputado independente Luís Drumond interveio sobre a vida concelhia, questionando sobre «a título de exemplo do vizinho de Câmara de Lobos; houve um concurso para a criação de espaço de lazer, enquanto a Ribeira Brava requalifica um espaço velho para mais novo mas com mesmo fim por quatro cento e dezassete mil euros (Campo Municipal) e Câmara de Lobos irá criar novo espaço de lazer e desportivo (acrescentando valias e serviços) por trezentos e quarenta mil euros; enquanto no concelho não se consegue por exemplo recuperar o cais do Campanário e ponte entre Rodes e Pinheiro, Câmara de Lobos assegura mais de um milhão de euros da Lei de meios para alargar caminho das preces em CL); enquanto CL fez um caminho na fronteira com Campanário (Vera Cruz) para melhorar a vida a deficiente e dez moradores, a CMRB não consegue ligar os míseros cem metros de ligação do caminho da Chamorra de Baixo no Campanário e a ER obrigando estes a continuar a penar; muitos seriam os bons exemplos dos vizinhos para aplicar no nosso concelho.»-----

---- O deputado independente Domingos Andrade disse que foi com satisfação que viu resolvida a grelha da estrada do Lugar da Serra por parte do executivo camarário e neste sentido perguntou qual o ponto de situação para a criação da futura praceta; e relativamente à ARM se já possuem conhecimento sobre o tarifário social e familiar e se o preço por m2 irá aumentar. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que a obra irá terminar a curto prazo e em relação à ARM estão em fase de aprovação e conclusão relativamente às tarifas sociais e familiares e que existe um estudo de viabilidade económica em que haverá um ligeiro aumento da tarifa da água, de forma a poder viabilizar investimento futuro, e está previsto um aumento no valor de vinte cêntimos, por exemplo para um consumidor médio da Ribeira Brava.-----

---- O deputado Ilídio Almada do CDS questionou o motivo pelo qual uma garagem paga tarifa de resíduos sólidos, para onde foi o sintético do campo da Ribeira Brava e alertou sobre o despejo de terras nas encostas



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

das montanha junto ao supermercado Modelo, para evitar futuras desgraças. -----

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que o sintético foi para a Meia Serra e a situação relatada, ao pé do Modelo, está a ser acompanhada pelo engenheiro civil que assume a responsabilidade da obra e faz relatórios periódicos.-----

--- O deputado Marco Almas do PTP questionou sobre: de quem é a responsabilidade dos estacionamento entre o campo e a ponte vermelha do lado da ribeira; para quem são enviados os casos sociais no concelho; qual o ponto de situação de uma senhora no Campanário que deitava dejetos na vereda e quem assume a responsabilidade relativamente ao impacto na saúde pública. -----

--- O Senhor Presidente do Município disse que a situação da vereda é muito complicada, a Câmara já notificou os proprietários da casa, que supostamente são os causadores, mas a notificação foi devolvida, a senhora recusa-se a abrir a porta à polícia e o caso foi arquivado pelo tribunal por falta de provas de quem é o causador, no entanto a Câmara tentou com os seus próprios meios minimizar a situação mas no dia a seguir volta tudo ao mesmo. -----

--- Foi concebida a palavra ao senhor vereador Marcelino Pereira que disse que os estacionamento foram retocados e criada uma zona de cargas e descargas por indicação da empresa Autocrescente e o custo de colocar um parquímetro é de seis mil euros, o que não é rentável apenas para seis lugares de estacionamento com um custo de vinte cêntimos/hora e que até ao momento não houve reclamações de uso abusivo de estacionamento.

--- A senhora vereadora Natália Rodrigues disse que no caso dos casos sociais na Ribeira Brava existe uma variedade de instituições que tem feito um bom trabalho e conforme o campo de ação é encaminhado para cada instituição específica e que a câmara tem trabalhado sempre em parceria com estas mesmas instituições.-

--- O deputado independente Luís Drumond felicitou a Câmara pelo bom desempenho quer a nível «da redução da dívida (mal negociada); recuperação de jardins (Massapez no Campanário); Abertura do Natal ao exterior (embora concentrado na baixa da vila); apoio ao Associativismo pago até fim do ano civil (embora sem fiscalização e com arranque uma vez mais tardio – previsto para novembro); Carnaval com evento apoiado no Campanário e destacado o evento amanhã na Ribeira Brava (mais um lapso na publicação no DN de hoje onde foca os dois eventos da Ribeira Brava e esquece o do Campanário); e questionou ainda sobre: «Ponto de situação do Mercado – desde novembro de 2016 não pagam rendas – fim de uma concessão de vinte anos; acordou tarde e mal (uma vez mais); mal elaborado, com erros processuais, com dificuldades de gestão e aplicação do caderno de encargos; gerando novos problemas; em que situação está quatro meses depois?» -----

--- O deputado Gilberto Andrade do PSD solicitou esclarecimento sobre a situação do Vista Alegre e da zona da empresa Sousa e Filhos, questionando se a autarquia já informou o Governo Regional ou a quem de direito sobre esta situação. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- O deputado Luís Almada do CDS questionou sobre qual a intervenção que a câmara poderá ter, no possível aumento de preço de água, por parte da ARM. -----

---- O deputado João Abreu do PS solicitou esclarecimento sobre o miradouro do Campanário que registou queda de pedras, a criação do túnel para captação de águas no Espigão, e quais os parques de estacionamento no concelho que são gratuitos. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que o concurso do mercado está finalizado e os atuais arrendatários já foram notificados para sair; em relação a ARM, a Câmara tem a mesma percentagem que já detinha antes e o Governo Regional tem a maior percentagem, e que a ARM tem muitos investimentos para realizar neste momento, nomeadamente a substituição de toda a rede da baixa do Campanário, e por isso deve-se o aumento do preço da água; a nível do túnel do Espigão está projetado e sairá perto da Eira do Mourão; a nível do miradouro já existe um relatório que a câmara está a analisar. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos dois e três, e a respetiva votação em separado, pelo que a assembleia aceitou a sugestão. -----

---- Ponto Dois - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, conforme o disposto na alínea a), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto três - Discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, conforme o disposto na alínea a), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que a revisão orçamental tem a ver com o facto de existir uma obra, no âmbito da Lei de Meios, para repavimentar uma estrada na Tabua e também para criar uma verba disponível para pagar o subsídio de insularidade aos funcionários da Câmara. -----

---- Colocada à votação, a proposta da Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, conforme o disposto na alínea a), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro, foi Aprovada por Maioria, registando a abstenção do PTP. -----

---- O deputado Telmo Freitas do CDS não votou por não se encontrar presente na sala. -----

---- Colocada à votação, a proposta da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, conforme o disposto na alínea a), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro, foi Aprovada por Maioria, registando a abstenção do PTP. -----

---- Ponto Quatro - Discussão e votação do Regulamento de Apoio e Incentivo ao Emprego, conforme o disposto na alínea g), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- A senhora Vereadora Natália Rodrigues apresentou o regulamento dizendo que este regulamento pretende criar uma oportunidade a nível de emprego quer tenham ou não formação superior, o programa poderá ser desenvolvido no município ou nalguma instituição do concelho desde que cumpram com os requisitos, a duração



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

máxima deste programa de ocupação é de dezoito meses e a verba a auferir é definida pelo IAS, no valor anual de quatro centos e vinte e um euros, e no caso de ser licenciado terá uma majoração de 1,4%. Disse que no fim de cada programa haverá um incentivo extra em função da duração do programa, que os candidatos terão de estar inscritos no instituto de emprego, não podem receber RSI ou apoios sociais, podem se candidatar em diversos âmbitos, como social, educação, desporto; haverá um júri que averiguará a inscrição do candidato, o número de pessoas a ser selecionadas será em função da verba disponível a nível orçamental anual; e que esta proposta foi do CDS e teve contributos por parte do PSD e aprovada por unanimidade em reunião de câmara. -

---- O deputado independente Luís Drumond disse que este programa é uma «má cópia e sem sentido estratégico», devendo ter sido tomado o exemplo do programa criado pelo Funchal e São Vicente; e que este «Programa do Município é o pior para o desempregado implicado menor compensação e desproteção e limitação de áreas; muitíssimo pior para o Município; extremamente exclusivo dos desempregados do Município; não apelativo para as instituições do Concelho (50% de esforço e sem regras claras, permitindo discriminação). Acrescentou que tendo em conta o IAS, no valor atual de 423,32€, 1,45 elementos do programa Municipal daria para pelo menos onze elementos do IERAM e o esforço atual da Câmara Municipal para um elemento = onze elementos no IERAM; e que existem falhas graves: sem segurança social (desproteção do desempregado); sem prémio à contratação (mau para desempregado e para entidade empregadora); sem subsídio de alimentação (menor compensação do desempregado); permite conciliar recetores de subsídio de desemprego com programa (discriminatório – apenas exclui os RSI? – art.3); Muito exigente para parceiros locais (comparticipação de 50%); – art.23); sem clarificar regras de afetação ou aceitação de candidaturas dos parceiros locais (discriminatório e arbitrário); Exige orientação técnica que o Município não tem para muitas áreas qualificadas (limitador do expetro de profissões – art.15); Majoração das qualificações superiores em 1,4% (5€) (falha grave que não valoriza formação – art.21); Extremamente burocrática (massacra candidatos, duplica IERAM e desvaloriza papel dos polos de emprego – art.10); Esforço orçamental exclusivo do Município (sem aproveitar apoios da EU).» -----

---- O deputado Marco Almas do PTP questionou sobre qual a verba disponível, quantos candidatos podem ser selecionados e porque não foi aberto o concurso público, aprovado em reunião de Câmara, para a contratação de funcionários para a autarquia. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que a verba orçamentada para este ano é de cinquenta mil euros e que relativamente ao concurso para as vagas, está a ser ultimada para efetuarmos o respetivo lançamento. -----

---- O Deputado Marco Almas do PTP reformulou a questão sobre qual o número de candidatos. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que o valor irá abranger cerca de dez candidatos. -----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que o IAS para um período de dezoito meses acrescido do prémio, representa um custo total para um elemento de nove mil cento e dezanove euros, pelo que os cinquenta mil euros para um ano dará aproximadamente para seis elementos. Acrescentou que dando o exemplo desde 2014, a associação do campanário teve onze elementos em programas regionais de ocupação, tendo a associação despendido treze mil duzentos cinquenta um euros, o governo Regional nove mil seiscentos e quinze euros e o fundo europeu cinquenta três mil setecentos e quarenta seis euros, ou seja, no total foram de setenta e seis mil euros para onze elementos, enquanto o município assumiu «sozinho» um valor de cinquenta mil euros apenas para seis elementos, e questionou sobre quais os critério para determinar quais as instituições que podem aceder a este programa. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que a Câmara tem apostado em todos os programas desde os programas ocupacionais, o programa mais, e os estágios profissionais e que desde que o POT abriu em Janeiro a Câmara tem direito ao plafond máximo de até vinte pessoas por ano; a Câmara tem aceite sempre os pedidos de estágios profissionais desde que seja dentro das áreas disponíveis e que o programa apresentado é para colmatar as situações de pessoas que já não podem fazer estágios ou ser integrados noutros programas e que como é óbvio, todas as outras situações serão encaminhadas para programas que permitam reduzir custos para a autarquia. -----

---- O deputado independente Luís Drumond questionou sobre quais os critérios de distribuição e se não seria mais proveitoso criar protocolos com as instituições. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que haverá a apresentação da proposta por parte do candidato e a depois a autarquia irá contactar a instituição ou associação para analisar a proposta e fazer parte do júri para verificar se é um projeto ou não válido. -----

---- O deputado João Abreu PS questionou sobre como será composto o júri para a seleção dos candidatos e chamou a atenção para a retificação do artigo sexto, ponto número dois sobre o nome referido «Funchal», sendo bem Ribeira Brava. -----

---- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues disse que o júri é composto por dois técnicos do município, o respetivo vereador do pelouro e uma pessoa pertencente à instituição. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS questionou a autarquia sobre se este programa vem ou não beneficiar o concelho. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade questionou sobre a majoração da diferença entre um licenciado e um não licenciado. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que é o valor vezes quarenta por cento. -----

---- Colocada à votação, a proposta do Regulamento de Apoio e Incentivo ao Emprego, conforme o disposto na



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

alínea g), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro, foi Aprovada por Maioria, registando os votos contra dos dois deputados independentes e as abstenções do PS (4) e do PTP (1). -----

--- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, agradeceu o apoio a esta proposta dado que beneficia um grupo de pessoas que não se pode candidatar a outros programas. -----

--- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que este regulamento não deveria substituir a contratação pública, pois estes candidatos não vão ficar vinculados à instituição, os salários são abaixo da tabela e não é um trabalho justo pois não há proteção.-----

--- Ponto Cinco - Discussão e votação do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Ribeira Brava, conforme o disposto na alínea g), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

--- O Senhor Presidente do Município disse que é uma alteração ao regulamento de taxas ao município, nomeadamente a introdução de novas áreas, novas taxas referentes ao regulamento da urbanização e ao regulamento do licenciamento zero, houve redução de algumas taxas consideradas exorbitantes e também a adaptação de taxas tendo em conta as famílias com dificuldades financeiras, famílias numerosas e investimento com a criação de postos de trabalho e que este regulamento esteve em consulta pública e teve aprovação do PSD e do CDS e o voto contra do PS. -----

--- O deputado independente Luís Drumond disse que não possui capacidades técnicas para avaliar este regulamento, motivo pelo qual irá se abster.-----

--- O deputado Marco Martins do CDS disse que este regulamento irá ser aprovado, dado ir de encontro à população da Ribeira Brava. -----

--- O deputado independente Domingos Andrade questionou sobre: se o regulamento de taxas contempla alguma caução a ser aplicada à empresa dos camiões, que passam na estrada, aquando do licenciamento de um desaterro ocorrido nas zonas altas; quanto ao corte das árvores, se existe licenças específicas e taxas e se não seria pertinente afixar um edital. -----

--- O Senhor Presidente do Município disse que relativamente à caução está contemplada no regulamento de taxas e quanto ao corte das árvores a Câmara não autoriza o corte dos eucaliptos/árvores, o que acontece é que as pessoas podem pedir à Câmara a utilização da estrada para o corte mas nem sempre isto acontece pelo que esta situação já for reportada ao atual presidente da direção das florestas, para quando autorizarem um proprietário a cortar as árvores, informem a Câmara, para a eventualidade de acontecer algum estrago e a Câmara poder imputar responsabilidades. -----

--- Colocada à votação, a proposta do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Ribeira Brava, conforme o disposto na alínea g), n.º1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, 12 de setembro, foi Aprovada por Maioria, registando os votos contra do PS (3) e a abstenção dos dois deputados independentes e do PTP (1). -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- O deputado Libardo Pereira do PS e o deputado Humberto Silva do PS não votaram por não se encontrarem presentes na sala. -----

---- Ponto seis – Discussão e votação de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Recuperação, Requalificação e Sinalização das Veredas do Caboco e Pomar da Rocha. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS apresentou a proposta dizendo que na sequência de outra vereda já recuperada, propõe-se a recuperação e requalificação também da Vereda do Cabouco e Pomar da Rocha bem como a criação de um guia de veredas e caminhos no concelho, de forma a ser mais um incentivo para o concelho. -----

---- Colocada à votação, a proposta de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Recuperação, Requalificação e Sinalização das Veredas do Caboco e Pomar da Rocha foi Aprovada por Unanimidade.-----

---- Ponto sete - Discussão e votação de Recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Construção de rotunda circular na interseção da Rua dos Dragoeiros com a Rua que passa junto ao Centro de Saúde da Ribeira Brava e a VE3 na Ribeira Brava.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que esta proposta para a construção de uma rotunda circular, permite disciplinar o trânsito e reduzir até setenta por cento a possibilidade de haver acidentes, nesta área, face à localização importante junto ao centro de saúde, aos bombeiros e à rua 6 de Maio, uma das ruas mais movimentadas da vila. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que esta situação já foi reportada pela autarquia ao Governo Regional e só vem reforçar as pretensões do PSD, para beneficiar a população e o concelho. -----

---- O deputado Fábio Santos do PS questionou o executivo sobre a situação e sugeriu a colocação de lombas em detrimento da rotunda, face ao investimento orçamental que exige.-----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que a zona em questão é uma zona perigosa quer pelo excesso de velocidade quer pelos serviços que a rodeiam e que já alertou o Governo Regional sobre esta situação, tendo sugerido o fecho da rotunda, que não representa muito investimento. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP interveio dizendo que a construção da rotunda será sobre o ponto que é convergente da ribeira, em caso de aluvião, situação esta que deverá ser tido em conta. -----

---- Colocada à votação, a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Construção de rotunda circular na interseção da Rua dos Dragoeiros com a Rua que passa junto ao Centro de Saúde da Ribeira Brava e a VE3 na Ribeira Brava, foi Aprovada por Maioria, registando os votos contra do PS. -----

---- O deputado Humberto Silva do PS não votou por não se encontrar presente na sala. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que o mais importante é a população da Ribeira Brava. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

- ~ Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----
- ~ Colocada à votação, a minuta das deliberações foi aprovada por unanimidade. -----
- ~ Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezoito horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

